

ENSAIO DE RECONHECIMENTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL ECLESIÁSTICO NO NOROESTE LITORAL, EM MEADOS DE SETECENTOS

Patrícia Costa* / Sara Pinto* / Helena Osswald**

O reconhecimento do ordenamento territorial parece ser um bom instrumento de trabalho para a descrição das relações entre diferentes poderes actuantes num mesmo espaço e para captar os modos como as populações do período moderno “viveram os seus espaços”. Neste trabalho procura levar-se a cabo a tarefa de descortinar esse ordenamento à escala da unidade mais pequena, a freguesia. Implica isto trabalhar a uma grande escala, quase de pormenor. Já que a freguesia é, no essencial da sua estruturação, um produto do fenómeno religioso e eclesial, a reconstituição da base espacial de um determinado grupo de freguesias, neste caso as do litoral nortenho, permitirá interpretar ocupações efectivas do espaço, enquanto resultado da superestrutura que a religião representa.

Uma das linhas de investigação do IHM-UP propõe um levantamento sistemático do traçado das circunscrições administrativas, religiosas, políticas e económico-financeiras dos espaços históricos, enquanto definidores de relações de força entre o poder local e central, mas também enquanto definidores das vidas das populações em diversas vertentes, nomeadamente a religiosa. Esta linha de investigação pretende traduzir-se em dois produtos concretos: uma base de dados que disponibilize a informação recolhida sistematicamente em diferentes fontes, assim como a sua representação geo-referenciada, em várias folhas de um atlas histórico. O presente trabalho, que resulta da primeira fase de concretização desta linha de investigação e se insere em dois dos projectos do IHM-UP (Hisportos e Orterra¹), é uma amostra da metodologia adoptada e uma discussão das primeiras conclusões e potencialidades que esta pesquisa apresenta.

* Investigadoras, colaboradoras do IHM-UP

** Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História, IHM-UP

¹ Hisportos: uma contribuição para a história da construção dos portos do Noroeste Português nos séculos XVI a XIX, projecto do IHM-UP financiado pela FCT e Orterra: Ordenamento territorial no Noroeste de Portugal – estruturas e mutações, subprojecto da I&D IHM-UP.

Objecto e objectivos

Objecto deste trabalho é o espaço a nível da freguesia, tentando interpretar na contraposição do povoado / não povoado (limitando-nos aquele que é possível cartografar para meados do século XVIII) a forma como as populações se articulavam com um dado espaço e como eram condicionadas pelo mesmo enquanto lugar de vivência do religioso. Não se trata aqui senão de ensaiar os primeiros passos na identificação do espaço.

A opção por um espaço litoral deve-se ao facto de este palco no período moderno parecer ser um campo de observação prometedora dado o crescimento que no mesmo se detecta. Ou seja, o número de pessoas a habitarem o litoral tende, ao longo do período, a mostrar um crescimento continuado e em alguns casos assaz interessante. Significa isto que, enquanto lugar de observação do fenómeno de articulação entre a vivência do religioso e as condicionantes espaciais existentes, oferece um ponto de vista pertinente. Subsequentemente, passar-se-á a uma comparação desta realidade em vários momentos, usando testemunhos afins. Nesta primeira fase utilizam-se as respostas ao Inquérito de 1758², a que se seguirá o estudo baseado no “Prontuário das Terras de Portugal”³ de 1689. Comparar os dados relativos ao espaço habitado nestas duas datas permitirá detectar as transformações e tentar interpretá-las à luz das questões atrás focadas.

A centralidade da paróquia na freguesia torna-se evidente em muitas das descrições destes espaços e reforça-se esta centralidade física, pelo peso da instituição na vida das populações, com o cortejo de prescrições, de interferências, de proibições, de propostas e de ritmos de actividades no que respeita à vida do dia a dia. Sem ser intenção passar em revista todos estes aspectos, será útil lembrar que, em termos doutrinários, os sacramentos têm um papel central pautando a vida eclesial ao longo do período moderno, entendendo eclesial na vertente de vida dos leigos de uma paróquia em torno da sua igreja. Mesmo reduzindo a análise da prática da vida sacramental das populações aos aspectos que se traduzem em comunicação, percursos, distâncias percorridas e caminhos, preces, clamores, romagens, adorações do S.S. e festas torna-se evidente que a relação entre o sagrado e o profano se desenrola em espaços muito concretos, conhecidos e percorridos pelos habitantes de uma comunidade vezes sem conta ao longo da vida. Em muitos textos ecoam informações sobre a falta de presença à missa conventual justificadas por a igreja estar inalcançável, dada a distância, ou por barreiras existentes nos caminhos e até pela inexistência destes (é sobretudo na leitura de livros de visitas que se colhem estes elementos), ou ainda sobre a propriedade ou impropriedade de sacramentar moribundos a certas horas em determinados espaços da freguesia (nas constituições diocesanas), ou, finalmente, nas prescrições sobre os percursos das procissões (livros de usos e costumes). Torna-se, por isso, fundamental descrever o espaço, cartografando-o, para poder aceder a essa realidade.

² IAN/TT, Dicionário Geográfico, 1758.

³ IAN/TT, Prontuário das Terras de Portugal, Ms da Livraria n° 2298.

Assim, os elementos a cartografar segundo os critérios estabelecidos são⁴: os lugares de habitação e trabalho, os lugares dos edifícios que consubstanciavam as instituições, como igrejas, ermidas, capelas, nichos, cruzeiros, alminhas, confrarias, irmandades e outras associações que em torno dos seus oragos desenvolviam o culto e a devoção, seja nas procissões, nas romagens, peregrinações, orações, ladainhas, clamores ou novenas e os percursos realizados nestas manifestações. Se se justifica no âmbito de uma temática dedicada aos espaços religiosos o estudo dos espaços de culto: a igreja / templo; o estudo dos espaços de vida dos consagrados: os mosteiros e outras instituições idênticas; o estudo dos espaços de culto e vida em torno de núcleos sagrados: os santuários, parece ser essencial que o espaço de culto e de vida de toda a comunidade dos crentes que se desenrola no quotidiano mereça toda a atenção. O facto de na freguesia se cruzar a vertente do culto, centralizado na matriz, mas com desenvolvimentos vários nas ermidas ou capelas, nos campos ou nos caminhos, nas próprias habitações com a vertente da vida em geral nas múltiplas manifestações, do trabalho ao lazer e ao sofrimento, torna a freguesia na unidade abrangente onde muitos e variados aspectos da vida religiosa ressoam.

Métodos

Na ausência de uma cartografia circunstanciada e rigorosa, à escala dos lugares das freguesias, para o período moderno, impõe-se usar um método retrospectivo de reconstituição. Há que partir dos elementos geo-referenciados actuais, estabelecidos por processos rigorosos e tentar identificar os topónimos do século XVIII com a ajuda destas referências. Para tal utilizou-se a carta à escala 1/25.000⁵ e o *Reportório dos Topónimos*⁶ produzido no levantamento da mesma carta. A partir da descrição do espaço estabelecida no século XX partiu-se em trabalho de reconstrução até chegar aos elementos de 1758. Como instrumento de trabalho essencial revelou-se o *Dicionário Corográfico* de Américo Costa (1929-1948), editado ainda antes do trabalho de levantamento da carta 1/25.000 e antes das grandes transformações ocorridas em vastas áreas do território nacional decorrentes dos processos de urbanização.

A primeira etapa do percurso deste trabalho consistiu no levantamento das *Memórias* das freguesias do Noroeste litoral (do rio Minho a Aveiro)⁷, procedendo-se à recolha dos elementos de informação nelas contidos relativos à descrição do espaço. Desta forma, procedeu-se a uma análise direccionada da fonte, centrada sobretudo nas respostas à 1^a, 4^a, 5^a, 6^a e 20^a questões da 1^a secção dos *Memórias Paroquiais*, que se referem ao enquadramento espacial das freguesias: o seu termo, os lugares que as constituíam (e a sua classificação), as sedes de paróquia (marcadas pela presença da Igreja

4 Veja-se sobre as questões metodológicas subjacentes a esta definição de critérios, entre outros, o artigo de Marques, J. F., 2002.

5 Carta Militar de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, escala 1/25.000.

6 Reportório Toponímico de Portugal, 1967.

7 Até ao momento do presente trabalho foram recolhidas as Memórias de 48 das 56 freguesias deste espaço, ou seja, faltam cerca de 14.3% das freguesias do Noroeste litoral.

paroquial), as freguesias e lugares delas “avistadas”, as infra-estruturas de correio, as distâncias entre determinados espaços, etc.

A construção de uma base de identificação dos topónimos com todos estes elementos consumiu esforços e tempo que se espera venham a justificar-se na futura constituição de folhas de um atlas histórico ao serviço de qualquer investigador que necessite de ler os acontecimentos, os fenómenos e as relações no espaço histórico. Os critérios orientadores desta reconstrução são o completo respeito pela informação que se colheu nas Memórias: a informação relativa aos topónimos mencionados em cada uma das respostas foi retirada para uma ficha registando-se a ortografia, as indicações adverbais ou adjectivantes que acompanhavam o topónimo e os restantes elementos de que os autores das respostas se serviram para o inserirem em contextos mais vastos. Esta preocupação orientou-se pelas inevitáveis dúvidas que num universo de topónimos, em muito semelhantes e repetitivos, se colocam. Respeitou-se inclusive a ordem com que os topónimos são registados na Memória. Muito do que se impõe como método decorre da crítica da produção da fonte. Como a fonte foi escolhida em virtude das suas características enquanto instrumento da época utilizado pelo poder central para apreensão de realidades da vida do reino, entre as quais as geográficas, mas também as de definição dos âmbitos dos diversos poderes, as respostas não são fruto solitário dos clérigos que as produziram, mas também da própria formulação de interesses traduzida no questionário. Significa isto que o espaço aparece descrito sob várias vertentes. Daí que, se a atenção se focalizou, para a reconstituição cartográfica, nas perguntas/respostas que mais incisivamente tinham esse objectivo de definição, não se ignoraram os contributos presentes em outros itens da fonte enquanto informação suplementar, muitas vezes esclarecedora.

Numa segunda fase do trabalho, verificaram-se quais os lugares (mencionados nas *Memórias*) que ainda constituíam as mesmas freguesias no século XX, ou os que se alteraram. A pesquisa no *Dicionário Corográfico* fez-se então a dois níveis: primeiro através do nome das freguesias, tentando-se aí identificar os lugares referidos nas *Memórias*. A este nível apercebemo-nos de diversas alterações entre as quais se destacam: a elevação de lugares a freguesias (e vice-versa), a aglutinação de lugares ou mesmo de freguesias, bem como a sua divisão⁸, a alteração de alguns nomes de freguesias (por exemplo, Sta. Marinha de Gontinhães, actualmente Vila Praia de Âncora), a passagem de jurisdição de lugares de uma freguesia para outra, etc. Sublinhe-se ainda a mudança de grafia de certos topónimos que fez com que algumas vezes tivéssemos de partir do princípio que, dada a semelhança da sua fonética, se tratassem dos mesmos (por exemplo, *Cassafaz* nas *Memórias* da freguesia de São Martinho de Anta⁹ deverá corresponder a *Cassufas* no *Dicionário Corográfico*).

O segundo nível de pesquisa no *Dicionário Corográfico* impôs-se devido ao facto de, por vezes, os lugares descritos nas *Memórias* como pertencentes a determinadas freguesias não aparecerem na descrição dessas mesmas freguesias no *Dicionário Corográfico* (por exemplo, o lugar de Azevenha de Vergas da freguesia de São Tiago de Va-

8 O caso de S. Tiago Amorim, que englobava na altura Aver-o-Mar, ou S. Tiago de Vagos, cuja área se reparte hoje pelas freguesias de Sto. André de Vagos, Sto. António de Vagos, Ponte de Vagos e Vagos, só para citar dois casos.

9 A Memória de Anta consta do vol.4, n.º 23, p.123-126.

gos). Nestes casos, procurámos sempre no *Dicionário Corográfico* encontrar os lugares pelas entradas relativas aos seus topónimos, sendo que por vezes surgiam já como povoações das freguesias (em vez de lugares ou aldeias), ou como pertencentes a freguesias vizinhas, ou mesmo já elevados a freguesias e, claro, houve também casos em que não se encontraram esses topónimos (impossibilitando cartografá-los numa fase posterior).

Depois de estabelecida a concordância entre as actuais freguesias e as do passado e os lugares a estas pertencentes, recuperaram-se as coordenadas geográficas que permitiram a sua geo-referenciação, com o auxílio do *Reportório Toponímico de Portugal*, e com a procura na base de dados do INE¹⁰, datada de 2001, atribuindo-se o código respectivo a cada lugar. Nesta base foi ainda mais notória a ausência de certos lugares, já devido às transformações da segunda metade do século XX, já devido aos critérios com que se procedeu à atribuição de códigos aos topónimos; tal implica que abaixo de certa importância todos os lugares sejam considerados “Residuais”, sem código individualizador.

As informações de distâncias em unidades correntes para a altura ou as mais vagas indicações de proximidades referenciadas a elementos de relevo foram especialmente úteis para a posterior identificação no mapa. Sempre que os topónimos se transmutaram, devido aos diferentes processos de transformação espacial, em topónimos qualificados de forma diferente, como, por exemplo, em ruas ou praças, é muito arriscada a identificação com um eventual “antepassado” toponímico. Por essa razão mantiveram-se estas identificações em reserva, para tentar cruzar com outras fontes de informação que permitam tomar decisões claras e reconhecidamente precisas. Trata-se pois, à partida, de relegar para um segundo universo de topónimos, não utilizáveis de imediato, estes subgrupos, sabendo que a fonte lhes faz referência, e que claramente se desperdiça por este cuidado, eventualmente exagerado, alguma da informação (6% dos topónimos).

No final deste trabalho estavam pois disponíveis os dados para a cartografia automatizada¹¹. Sendo objectivo do trabalho discutir também o espaço neste nível de por menor, não em termos de cada quadrícula de uma forma mais grosseira, mas aproveitando a informação fina que a fonte transmite, procedeu-se a uma segunda referenciação. Os primeiros resultados permitem visualizar para um espaço de mil por mil metros toda a informação, sem qualquer capacidade de distinguir os diferentes topónimos, já que as coordenadas obtidas são as de cada uma das quadrículas da carta 1/25.000. Apurando a referenciação e estimando as coordenadas para cada topónimo pode fazer-se a distribuição dentro de cada quadrícula. Assim, este trabalho já não envolve somente a utilização e busca dos dados no *Reportório*, mas sim a medição das coordenadas para cada lugar. O processo não é claramente consentâneo com grandes velocidades de produção de resultados. Mas a este nível é possível incluir no mapa informação sobre a localização dos edifícios de culto religioso, ou os percursos das procissões dentro da freguesia. Este é sem dúvida um dos ganhos mais claros no âmbito do presente trabalho

¹⁰ INE, Base Geográfica, Cd-Rom, 2001.

¹¹ Tal foi possível graças ao contributo e imensa paciência do Dr. Miguel Nogueira do Gabinete de Cartografia da FLUP, muito embora o tenha feito a título privado por continuar a não estar autorizado, à data desta comunicação, a participar directamente em projectos de investigação, desenvolvidos na Faculdade, no seu local de trabalho.

como se verá adiante através do estudo de caso da freguesia de Moledo, concelho de Caminha.

Crítica da fonte

A opção pelas *Memórias Paroquiais* como fonte impôs-se quase como “natural”, já que no articulado do inquérito e nas respostas ao mesmo se plasmam vontades e curiosidades de saber e reconhecer o território. O facto dos autores das *Memórias* terem optado pela unidade mais próxima da actividade das comunidades, pela escala mais humana, é em si mesmo revelador do conhecimento prévio das realidades. Só faz as perguntas adequadas quem sabe o suficiente sobre o assunto. Na tradição corográfica o concelho ter-se-ia imposto. E eventualmente acima deste uma qualquer unidade que criasse um certo sentido de continuidade espacial, mas fechado sobre si próprio. O problema residia porém nos muitos espaços concelhios encavalitados, nas ilhas que formavam dentro de outros e no imbróglgio terrível das jurisdições várias que se atropelavam. O discernimento de introduzir a freguesia como unidade espacial base das perguntas e o nível de informação procurado conferem a esta fonte um carácter serial e homogéneo, com o qual mais nenhuma estrutura podia competir. Não só a unidade se revela extraordinariamente útil para a perspectiva que se pretendia conferir a este tomar o pulso ao reino, bem como o facto de os informadores também eles poderem garantir uniformidade às respostas buscadas¹². Este espaço recorta-se em espaços de vivências várias, nunca longe do espaço natural, mas sempre a registar as modelações e moldes que o homem lhe impõe. É suficientemente coerente para resistir às diversas inclusões que do seu todo ou das suas partes outros lhe podem impor. Sendo o espaço de vivência das comunidades que melhor articula as formas de vida comunitárias mas também as individuais, nunca tendo desaparecido ao longo do período moderno esse carácter estruturante, parece ser de todo aconselhável que uma tentativa de reconstrução do espaço se fundamente nestas células.

De todas as fontes disponíveis com listas de freguesias sobressaem as *Memórias Paroquiais*. Não só pela inclusão de todas as freguesias, por terem sido realizadas num mesmo momento dentro de um lapso de tempo curto e homogéneo (todas as perguntas e respostas são realizadas na mesma estação do ano, no mesmo ano), mas também porque foram concebidas para relacionarem as unidades umas com as outras. O articulado das perguntas, e por isso das respostas, implica o conhecimento de que esta realidade da freguesia só era operatória porque permitia comunicar com outras comunidades e fazia limitar umas das outras (Amorim, I., e Osswald, H., 2003). Descrevia a comunidade também porque a distinguia de outra, mesmo a vizinha. Os limites de uma eram os limites da outra. Por outro lado, o inquiridor potenciou o conhecimento do seu informador, impondo-lhe a obrigatoriedade de olhar para certos aspectos, que eventualmente não mereceriam a sua atenção. No que se refere aos aspectos que no âmbito deste trabalho nos interessam particularmente, o produtor deste inquérito sabia que

12 Sobre os aspectos de produção de fonte Chorão, M^a J. B., 1987 e Osswald, H., 2002.

os párocos estavam em boas condições para listarem e descreverem as instituições religiosas das suas comunidades. É evidente que é o templo, central à vida da comunidade, que lhes merece maior atenção, mas indaga-se por todos os outros eventualmente existentes. Se a pergunta sobre a qual se concentraram as atenções ao longo deste projecto de investigação foi a sexta da 1ª secção, “6º - *Se a Parochia esta fora do Lugar, ou dentro d’ elle? E quantos logares, ou aldeas tem a Freguezia, e todos pelos seus nomes?*”¹³, a 13ª, inquirindo sobre capelas e ermidas da freguesia, impunha-se integrar também na pesquisa.

O facto desta fonte ter sido produzida num mesmo momento do ano, e num espaço relativamente curto de tempo, respondendo a um questionário orientador das observações, garante uma homogeneidade muito reconfortante. Mas alia a este aspecto serial a possibilidade de se encontrarem respostas bem individualizadas, onde os seus autores demonstraram capacidades de observação diferenciadas.

À primeira secção responderam os párocos com maior empenho do que nas duas seguintes. Importa sublinhar que, em termos quantitativos, os clérigos responderam em média, a 79% da totalidade das perguntas desta primeira secção do inquérito e que o valor mais comum é mesmo o de 100%. No que respeita à questão nº 6, aquela que foi mais intensamente utilizada neste trabalho, só em dois casos foi necessário, dada a imprecisão, ir buscar os dados a outras respostas, especialmente à 5ª pergunta onde se interroga sobre a existência de termo para a freguesia. Na tipologia das perguntas sobressai o interesse pela geografia com mais de 50% das questões a incidirem sobre topografia, localização, orografia, hidrografia, cobertura vegetal, etc. Os aspectos religiosos, quer na vertente da administração eclesiástica, quer na da paroquialidade, quer na do interesse pelas instituições espaciais e associativas ocupam cerca de 30% do questionário.

Resultados

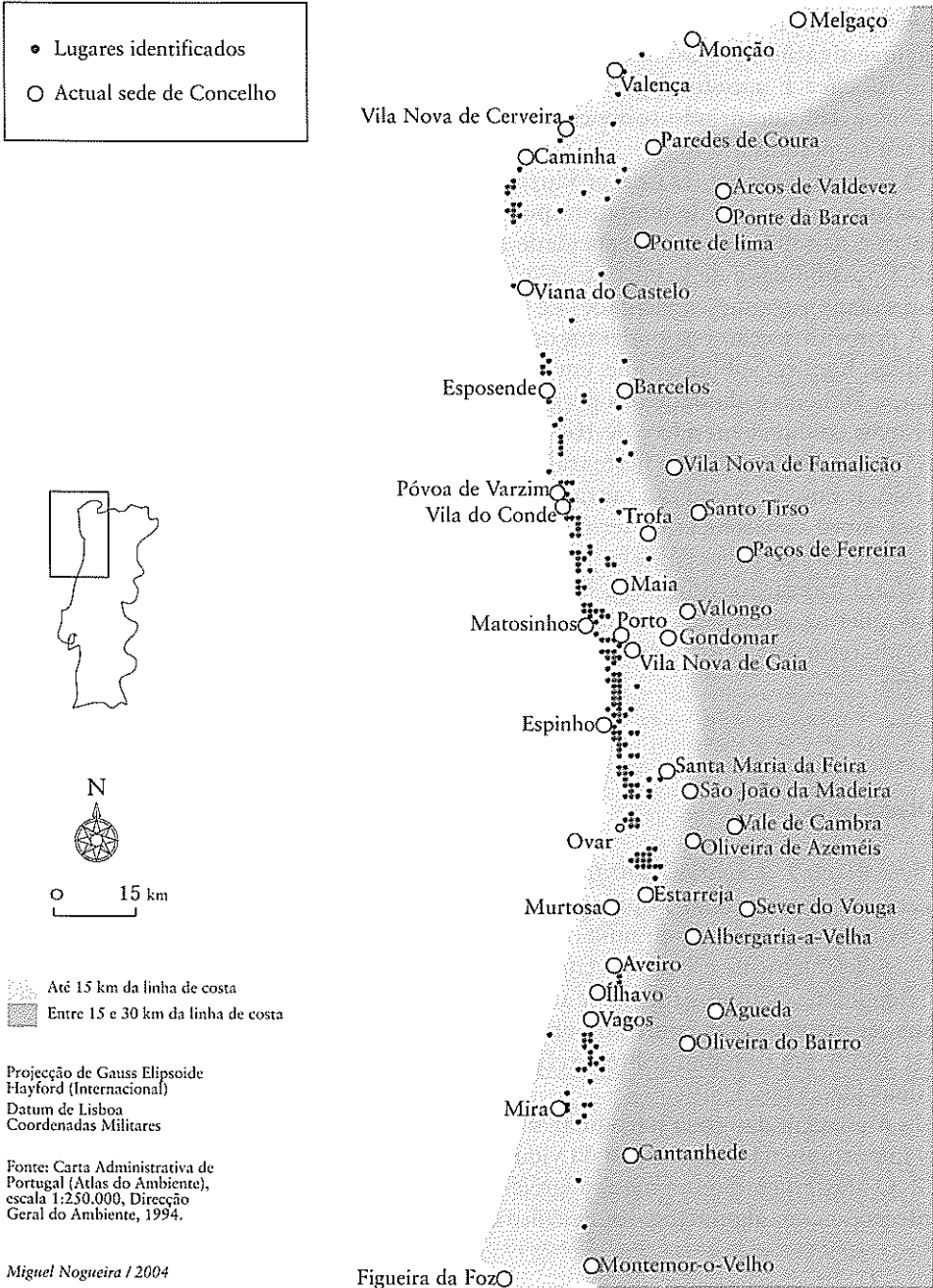
Se o *mapa 1 (Lugares identificados nas MP de 1758)* mostra claramente uma localização preferencial das populações distante da linha de água litoral, com manchas de continuidade que atestam uma ocupação densa do território, confirmando tendências já suficientemente esboçadas em épocas anteriores, não se revelando portanto aqui a novidade, mas sim nos traços de uma permanência, outras conclusões que dele podemos retirar vão ao encontro da chamada de atenção de Frei Geraldo Coelho Dias (Dias, 2002), em trabalho sobre a religiosidade das populações do litoral, constituída por duas ideias essenciais:

1- A imagem da igreja paroquial, a matriz, no centro do povoado como o espaço mais importante na organização da vida das populações;

2- O afastamento desta mesma igreja das praias e da linha do mar, o mesmo já não acontecendo com alguns lugares de culto esporádico, as capelas e ermidas que servem

13 As perguntas foram publicadas por vários autores. Veja-se, por todos, Chorão, Mª J. B., 1987.

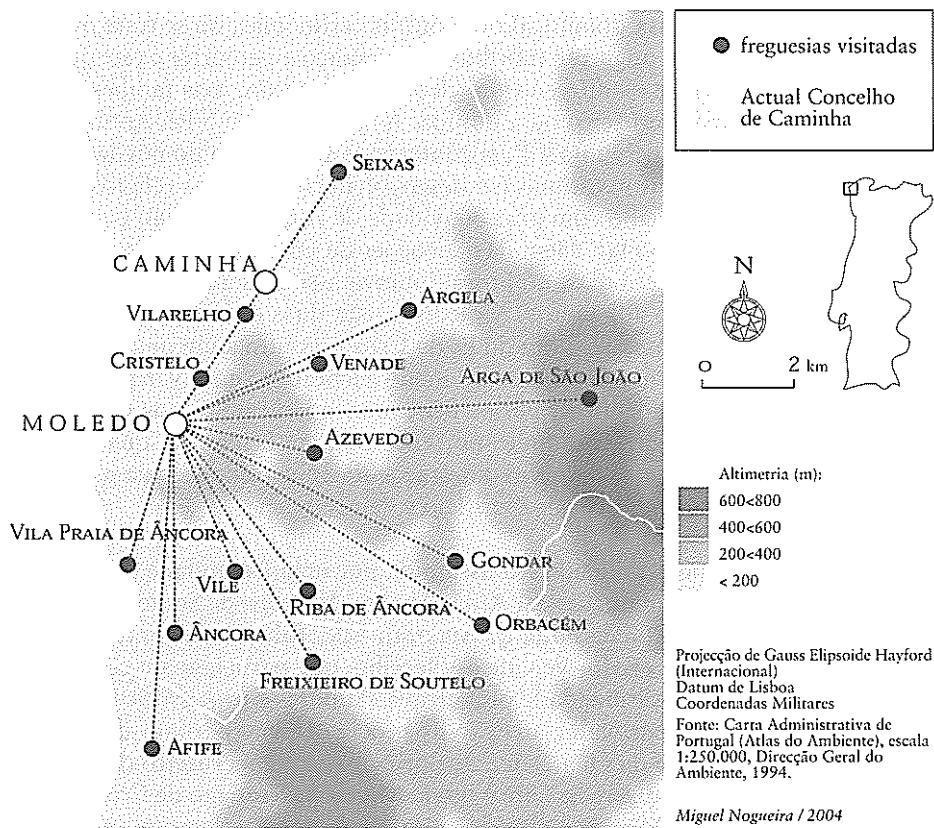
Mapa 1 *Lugares identificados no estudo*



de centro a festas e romarias, a peregrinações e procissões. Estas convivem, em vários casos, com as águas do mar e as areias da praia.

A freguesia de S. Paio de Moledo, termo da vila de Caminha, exemplo seleccionada para este trabalho, permite observar o seguinte: Assente num vale, a maior parte das suas casas ficam entre o mar e a serra, agrupadas num só lugar arruado. Curiosamente, e apesar do *Dicionário* de Américo Costa (Costa, A., 1948) utilizar o termo “lugares” para descrever a composição de Moledo, em 1758 o pároco da freguesia tem consciência de que o tipo de ocupação é o arruamento. Enumera 11 ruas “consta esta freguesia de huma só aldea ou povoaçom ainda que dividida em suas ruas”. E, de encontro à ocupação tradicional do espaço, a igreja é localizada “em o meio da aldea”, “cercada de casas no princípio da Rua do Cruzeiro”¹⁴.

Mapa 2 Freguesias aonde os de Moledo vão em romarias e outros momentos de devoção religiosa



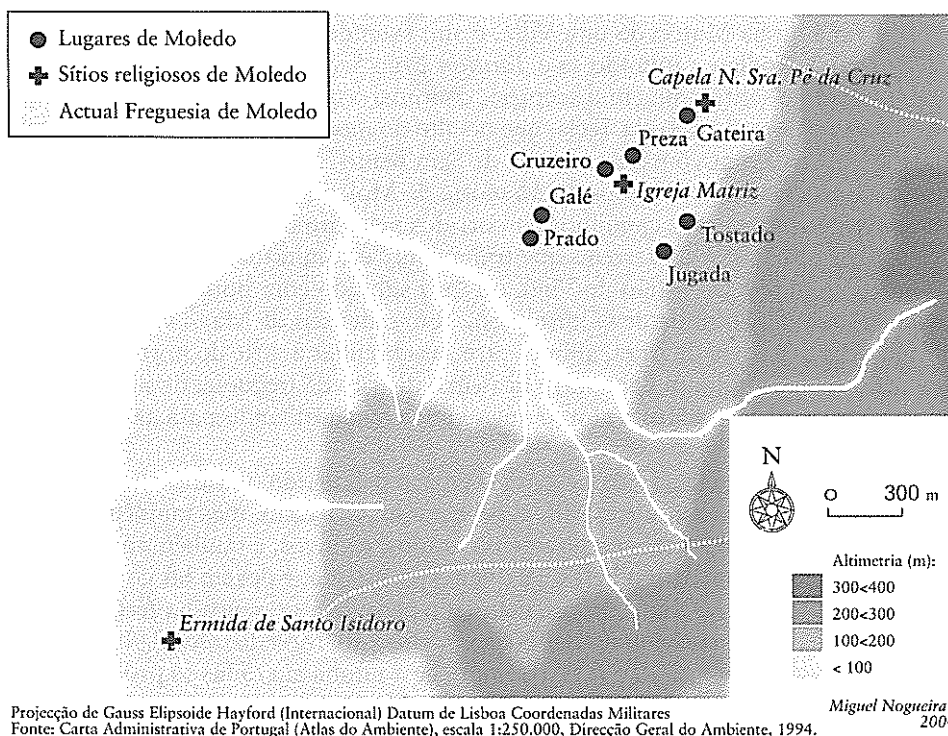
14 Resposta n° 6 da MP, Moledo, 1979, p. 97

Se, por um lado, as repostas dadas pelas *Memórias* permitem desenhar um quadro de uma freguesia litoral com as suas respectivas actividades marítimas (“entram” na barra próxima, de Caminha, “alguns hiates, ou caravellas que com o seu sal vem ao porto de Caminha, e também por ella (barra) podem entrar outras embarcaçoens que nam sejam grandes, entram lanchas e barcos da pescaria, e estes a toda a hora...”), por outro lado, a geografia dos lugares revela claramente o seu afastamento da linha da água. Com efeito, em Moledo, a igreja como centro da freguesia, está afastada da linha da costa. A tradução do texto descritivo do Pe. António Fonseca nesta cartografia confirma a centralidade da superestrutura que a igreja representa nestas comunidades, sobretudo se seguirmos o cura na volta à freguesia. Na descrição da Igreja Matriz, para além do Santíssimo na capela-mor, ladeado de um Cristo crucificado e do Menino Deus, lá está o padroeiro S. Paio acompanhado de mais cinco santos, todos masculinos (S. Silvestre, S. J. Baptista, S. Sebastião, Sto. António Abade e S. Brás). Para lá do arco cruzeiro outros cinco santos e santas e as Almas (Sta. Luzia, Sto. António, S. Mateus, S.J. Evangelista e Nossa Senhora com a invocação do Rosário). Alguns destes santos e santas estão representados com duas imagens, “uma mais pequena” para sair em procissão¹⁵. Saindo da matriz ou chegando à mesma, a direcção varia conforme se trate dos fregueses que acorrem à missa dominical ou a outras cerimónias, ou se trate do pároco que vai levar o viático ou ungir um moribundo, o espaço a percorrer é este que aqui se configura no mapa, entre os diferentes núcleos de habitação, mas também em direcção a elementos como o cruzeiro ou a ermida. As ermidas que o Pe. António Fonseca descreve, na resposta à pergunta 13^a, encontram-se ambas fora do povoado. Uma das características das póvoas marítimas é o desenvolvimento de uma religiosidade típica de quem lida no quotidiano com uma actividade de risco e de perigo como a que desempenham os homens do mar. Além das devoções de um país cristão que salpicavam os lugares de capelas e ermidas, no litoral juntavam-se-lhes manifestações de pedidos de auxílio e protecção aos santos. Moledo regista duas ermidas fora da aldeia: uma próxima dedicada a Nossa Senhora do Pé da Cruz e a outra a um quarto de légua dedicada a Santo Isidoro, junto das águas do mar. Celebram-se aqui várias festas, algumas de maior capacidade de atracção dos fiéis, nomeadamente as que eram visitadas por gente de outras freguesias, como, por exemplo, em Setembro, quando a ela acorriam os de Caminha. Dentro destas manifestações de religiosidade fazia parte a exteriorização da fé em actos públicos de sacrifício e de penitência.

Em Moledo esta responsabilidade era assumida por uma Irmandade (“antiquíssima”) representada em quinze freguesias: Afife, Âncora, S. Pedro de Soutelo, S. Martinho de Soutelo, Gontinhães (Vila Praia de Âncora), Vile, Riba de Âncora, Orbacém, Gondar, Argela, Cristelo, Azevedo, Venade e Vilarelho, que participavam com as cruzes respectivas, e nas quais a Irmandade organizava clamores e procissões. Das várias festas merecem ao pároco particular atenção as procissões que partiam de Moledo, como a da quarta sexta-feira da Quaresma, que principiava num cruzeiro da freguesia e continuava “com bastante distancia” até à Igreja Matriz de Santiago de Cristelo, com missa cantada e sermão. A Memória elucidada, com pormenor, os clamores, a frequên-

15 Resposta n.º 7 da MP, Moledo, 1979, p. 97-98

Mapa 3 *São Paio de Moledo em 1758:*
Lugares de povoamento e sítios religiosos



cia dos actos e sua composição: missa cantada, ladainhas ou sermão, os dias do ano em que se celebravam.

É possível reconstituir o calendário dos tempos fortes na liturgia de Moledo. Festas ou clamores e procissões em dias móveis, dependentes do calendário litúrgico, como os celebrados na segunda, terceira e quarta sextas-feiras da Quaresma e nos três dias das Ladainhas de Maio, anteriores à Ascensão. Dias de preceito para estas gentes são também o 4 de Abril, festa de Sto. Isidoro, o 6 de Maio festejado na Serra de Arga, o dia de S. João com a ida ao Convento beneditino de Cabanas e o de Santiago celebrado na capela de Sto. Isidoro. A 25 de Julho a procissão inciava-se a uma boa distância da ermida de Santo Isidoro e para ela caminhava “por junto da agoa do mar por hum bem custozo caminho pelos muitos seixos que nelle há” (confrontar com mapa 2). “Em o dia sete de Julho vai [a irmandade] à Ermida de Sam Bento, que fica na freguesia de Sam Pedro de Seixas também do termo de Caminha, que fica quasi Meia legoa da mesma villa depois de embarcar, e passar o Rio Coura, que no mesmo sitio da passaje se

mete em o rio Minho, mas antes de embarcar, na mesma villa de Caminha em o convento de freiras de Santa Clara se principia o clamor, vindo também assitir a elle o senado da camra da mesma Villa, e o parocho da Villa com sua Cruz, e assim tudo incorporado vai à igreja Matriz da dita Villa, e ahi, fazendo pauza o clamor, se põem o Santíssimo em custodia e cantando-se o *Tantum Ergo Sacramentum* de todos he adorado, e recolhido o santissimo em o sacrário, continua o clamor para o cais, e fazendo primeiro commemoração a Santa Tecla, que no alto do monte em o Reino de Galiza fica defronte se embarca o povo para a capella de Sam Bento”...

Pormenores destes encontrados na *Memória* de Moledo permitem-nos reconstruir com algum rigor os próprios caminhos percorridos pelos irmãos nas procissões. Podemos atestar os obstáculos do terreno que trilhavam: “e com trabalho, por ser o caminho fragozo” (em São Sebastião de Vile), ou “vai subindo com bom custo por huma costa acima” (Santa Marinha de Gontinhães). “Em o dia seis de Mayo vay em distancia de duas legoas a Serra de Arga, aonde entre suas brenhas àparte do norte fica huma ermida dedicada a Sam Joam Baptista, e fica em o distrito da freguesia de sam Joam de Felgueiras”¹⁶ (Arga de S. João). Esforço que se pode medir olhando para as indicações altimétricas no mapa 3.

A fonte não nos permitiu só reconstruir o espaço percorrido que abrange uma área considerável, tendo Seixas a norte, Afife a sul e a leste Orbacém, mas também “visualizar” quem o percorria: “a saber os homens cazados, e viuvos, e também todos os sacerdotes, e clérigos e nam as molheres”; e “vam sem espada, e devem hir com o cabElo solto e nam atado”. Às mulheres a Irmandade permite a presença na festa de 5 de Agosto na ermida da Nossa Senhora das Neves (Orbacém). Moledo, sede da Irmandade “tem a sua cruz que he de grande pezo e sempre he a ultima em todas as procissoens.”

Se as relações económicas não empurram os habitantes para outras freguesias já o ritmo das festas religiosas os leva ao contacto com os da serra, mas também com os da vila de Caminha e até com freguesias mais a Sul.

É verdade que se servem do correio de Caminha, já que não existe para a freguesia¹⁷. É verdade que o limite entre Moledo e Cristelo, a freguesia vizinha a Norte, é quase imperceptível¹⁸. Eventualmente os de Cristelo e Moledo farão os campos dessa zona em conjunto. Os de Moledo partilham com os de Cristelo, Vilarelho e mesmo Caminha a riqueza florestal e vegetal do Camarido¹⁹. Se bem que não tenham direitos senão os que o senhorio lhes consigna sobre a mesma. Para Sul os contactos rareavam. A serra corta o caminho. O Pe. Fonseca faz eco disso na descrição da freguesia: para sul nada se avista senão o monte. E para o nascente só fazendo o esforço de subir a serra. Serra que na sua cobertura natural não é rica e que não é aproveitada em termos de culturas pela falta de água e o clima agreste²⁰.

Este é um pouco o mundo em que viveram e morreram os 128 vizinhos de S. Paio de Moledo, cerca de 750 pessoas, por volta de 1758.

16 Resposta nº 13 da MP, Moledo, 1979, p. 100-101

17 Resposta nº 20 da MP, Moledo, 1979, p. 100-101

18 Resposta nº 4 da MP, Moledo, 1979, p. 97

19 Resposta nº 11 da MP, Moledo, 1979, p. 102

20 Resposta nº 10 da MP, Moledo, 1979, p. 102

Referências Bibliográficas

Amorim, Inês, Osswald, Helena, “Fontes, problemas e métodos na reconstrução do espaço histórico. O concelho de Aveiro na segunda metade do século XVIII”, comunicação apresentada ao Congresso *Poder local em tempo de globalização*, Coimbra, 2003 (aguarda publicação)

Chorão, Maria José Bigotte, 1987, “Inquéritos promovidos pela Coroa no séc. XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, 21, Lisboa, p. 93-130

Costa, Américo, *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*, 12 vols., Porto, 1929-1948

Dias, Geraldo Amadeu Coelho, “Os mares e os portos como catalizadores da religiosidade”, *O Litoral em Perspectiva Histórica (séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, p. 275-283

Marques, João Francisco, 2002, “O litoral em perspectiva histórica (sécs. XVI- XVIII). Ordenar o litoral ordenamento religioso: nótulas metodológicas”, *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, p. 259-262

Osswald, Helena, 2002, “Em torno dos inquéritos paroquiais. Uma fonte para o conhecimento do espaço litoral”, *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, p. 127-143

Fontes

Carta Militar de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, escala 1/25.000, folhas 14, 127, 143, 1949-1998

INE, Base Geográfica, Cd-Rom, 2001

Reportório Toponímico de Portugal. 03 – Continente (Carta 1/25.000), Ministério do Exército, Serviço Cartográfico do Exército, 1967

IAN/TT, Dicionário Geográfico

Referência documental das Memórias e respectiva publicação

(nota: na indicação da fonte pressupõe-se a indicação completa de IAN/TT, Dicionário Geográfico. As memórias são indicadas segundo a ordem geográfica Norte/Sul; há publicações em que a indicação da fonte é omissa e há memórias de que desconhecemos a publicação)

CAMINHA
vol. 8, nº 61, p. 385-392
Caminiana, Revista de Cultura, História, Literatura, Etnografia e Numismática, ano I, nº 1, Dez. 1979, p. 64-78

VILARELHO, N. Sra. da Encarnação
vol. 41, nº 313, p.1903-1906
Caminiana, Revista de Cultura, História, Literatura, Etnografia e Numismática, ano I, nº 1, Dez. 1979, p. 54-58

Alves, Lourenço, *Caminha e seu concelho. Monografia*, Caminha, C. M. Caminha, 1985, p.407-409

CRISTELO, S.Tiago
vol. 11, nº 312, p. 2161-2163
Caminiana, Revista de Cultura, História, Literatura, Etnografia e Numismática, ano I, nº 1, Dez. 1979, p. 79-84

Aguilar, Manuel Busquets, *Cristêlo*, Lisboa, 1944, p. 51-54

MOLEDO, S. Paio
vol. 23, nº 2, p. 1103-1109
Caminiana, Revista de Cultura, História, Literatura, Etnografia e Numismática, ano I, nº 1, Dez. 1979, p. 96-103

GONTINHÃES, Sta. Maria (Vila Praia de Âncora)
vol. 17, nº 82, p. 447-458
Caminiana, Revista de Cultura, História, Literatura, Etnografia e Numismática, ano I, nº 1, Dez. 1979, p. 85-91

Alves, Lourenço, *Caminha e seu concelho. Monografia*, Caminha, C. M. Caminha, 1985, p. 517-518 (só reproduz parte da 1ª secção)

ÂNCORA, STA. MARIA DE
vol.4, nº57, p. 23
Caminiana, Revista de Cultura, História, Literatura, Etnografia e Numismática, ano I, nº 1, Dez. 1979, p. 43-49

BELINHO, S. Pedro Fins
Losa, António, “S. Pedro Fins de Belinho”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 3, Esposende, 1983, p. 69-71

MAR, S. Bartolomeu
Losa, António, “Relação da Villa de Esposende”, “Mar”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 7/8, Esposende, 1985, p. 127

- MARINHAS, S. Miguel
Losa, António, "Relação da Villa de Esposende", "Marinhas", *Boletim Cultural de Esposende*, n.º 7/8, Esposende, 1985, p. 128
- ESPOSENDE, Sta. Maria dos Anjos
Losa, António, "Relação da Villa de Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, n.º 7/8, Esposende, 1985, p. 99-103
- FÃO, S. Paio
Losa, António, "S. Payo de Fam", *Boletim Cultural de Esposende*, n.º 5, Esposende, 1984, p. 67-70
- APÚLIA, S. Miguel
Losa, António, "S. Miguel do Couto de Apúlia", *Boletim Cultural de Esposende*, n.º 3, Esposende, 1983, p. 68-69
- ESTELA, Sta. Maria
vol. 14, n.º 83
Barbosa, Fernando, "O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII", *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, Vol. I, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 296-298
- NABAIS, S. Salvador
vol. 42, p. 223
Barbosa, Fernando, "O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Vol. I, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 301
- AMORIM, S. Tiago (A-Ver-o-Mar)
Barbosa, Fernandes, "O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Vol. I, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 286-287
- BEIRIZ, Sta. Eulália
Barbosa, Fernandes "O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Vol. I, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 293-295
- PÓVOA DE VARZIM, N.ª. Sra. da Conceição
vol. 42, p. 346
Barbosa, Fernando, "O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Vol. I, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 301
Notícia da Vila da Póvoa de Varzim, feita a 24 de Maio de 1758. Memória do tenente Veiga Leal.
Barbosa, Fernando, "O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, Vol. I, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 306-340
- VILA DO CONDE, S. João Baptista
vol. 40, n.º 195, p. 1161-1186
Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, *Vila do Conde. 2. História e Património*, Vila do Conde, C. M. Vila Conde, 2001, p. 269-288
- AZURARA, Sta. Maria
Pinto, Maria Eduarda C., Santos, Antonio Monteiro, "Memórias Paroquiais", Vila do Conde, *Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, n.º 19, Vila do Conde, 1997, págs. 92-95
- ÁRVORE, S. Salvador
Pinto, Maria Eduarda C., Santos, Antonio Monteiro, "Memórias Paroquiais", Vila do Conde, *Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, n.º 19, Vila do Conde, 1997, págs. 84-87
- MINDELO, S. João Evangelista
vol. 40, n.º 198, p. 933-936
- LABRUJE, S. Tiago
Pinto, Maria Eduarda C., Santos, Antonio Monteiro, "Memórias Paroquiais", Vila do Conde, *Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, n.º 19, Vila do Conde, 1997, p. 125-128.
- LAVRA, S. Salvador
vol. 19, n.º 66, p. 481-490
Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p. 815-820
- PERAFITA, S. Mamede
vol. 27, n.º 75, p. 496-472
Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p. 820-822
- [LEÇA DA] PALMEIRA, S. MIGUEL
vol. 27, n.º 40, p. 263-268
Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p. 778-785
- MATOSINHOS, S. Salvador de Bouças
vol. 23, n.º 96, p. 633-640
Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p. 774-778
- NEVOGILDE, S. Miguel
vol. 25, n.º 21, p. 129-132
"Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758", *O Tripeiro*, Série VI, Ano VI, Porto, 1966, p. 182-183
- FOZ, S. João Baptista
vol. 16, n.º 139, p. 879-889
"Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758", *O Tripeiro*, Serie VI, Ano V, Porto, 1965, p. 193-196
- LORDELO DO OURO, S. Martinho
vol. 21, n.º 122, p. 1133-1138
"Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758", *O Tripeiro*, Série VI, Ano V, Porto, 1965, p. 314-315
- MASSARELOS, Sta. Maria da Boa-Viagem
vol. 22, n.º 1, p. 39-45
"Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758", *O Tripeiro*, Série VI, Ano IV, Porto, 1964, p. 324-326
- VILA NOVA DE GAIA, Sta. Marinha
vol. 40, p. 1437-1453
Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p. 153-165
- CANIDELO, Sto André,
vol. 9, p. 135-137
Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p. 53-55

- MADALENA, Sta. Maria
vol. 22, p. 187-190
Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p. 91-94
- VALADARES, S. Salvador
vol. 38, p. 403-408
Costa, F. Barbosa, *Memórias paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C.M.Vila Nova Gaia, 1983, p. 187-191
- GULPILHARES, Sta. Maria
vol. 17, p. 333-337
Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p. 75-79
- ARCOZELO, S. Miguel
vol. 4, p. 287-300
Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p. 23-32
- S. FÉLIX DA MARINHA
vol. 22, p. 397-402
Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p. 137-141.
- ANTA, S. Martinho
vol. 4, nº 23, p. 123-126.
- SILVALDE, S. Tiago
vol. 35, nº 163, p. 1217-1223
- PARAMOS, Sto. Tirso
vol. 27, nº 79, p. 491-511
- ESMORIZ, Sta. Maria
vol. 14, nº 61
Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p. 19-23
- CORTEGAÇA, Sta. Marinha
vol. 11, nº 388
Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p. 13-17
- MACEDA, S. Pedro
vol. 22, nº 47
Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p. 25-28
- ARADA, S. Martinho
vol. 4, nº 33
Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p. 9-12
- OVAR, S. Cristovão
vol. 26, nº 45, p. 347-360
Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p. 29-36
- AVEIRO
vol. 5, nº 44, p. 799-820
- AMORIM, Inês, "Memória Paroquial de Aveiro de 1758: um inquérito promovido pela coroa", *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano XII, nº 23/24, Aveiro, 1994, p. 13-24.
- VILA DE VAGOS, S. Tiago Maior
vol. 38, nº 4, p. 17-27
- MIRA, S. Tomé
vol. 23, p. 973-991
Marques, Maria Alegria Fernandes, *As Terras de Mira. Perspectiva histórica*, Mira, C. M. Mira, 1993, p. 165-172

